

OS GRANDES E OS MUITOS

Patrícia Fontoura Aranovich ¹

Resumo: O presente artigo possui como objeto os atores determinantes da política a partir da perspectiva de Maquiavel, isto é, os grandes e os muitos. Eles são aqui analisados não pelo que eles são segundo o florentino, vale notar, desejos, mas por aquilo que os leva a ser o que são. A respeito deste ângulo de exame pouco explorado, o que se pretende é sobretudo assinalar balizas e considerações, mais que extrair conclusões cabais. Nesse sentido, dividimos o texto em três partes. Na primeira, foco minha reflexão na relação entre os termos vocabulares utilizados e o fato de eles indicarem dois tipos de medidas de força ou de grandeza, o que demonstro com passagens dos *Discursos* e d’*O Príncipe*. Na segunda parte, considero a formação histórica e social de Roma e de Florença, apontada na obra maquiaveliana, para indicar o quanto a aplicação dos conceitos de grandes e muitos se torna problemática, em especial na *História de Florença*, haja vista que ali se explicita como a aplicação destes termos, por analogia, permite a insurgência da exceção e da diferença. Na última parte, sem responder às dúvidas, teço novas considerações e lanço outras questões para o problema colocado.

Palavras-chave: Política. Grandes. Povo. Muitos. Maquiavel.

THE GREAT AND THE MANY

Abstract: The present article has as its object the determining actors of politics from Machiavelli's perspective, that is, the great and the many. They are analyzed here not by what they are according to the Florentine, it is worth noting, desires, but by what leads them to be what they are. Regarding this little explored angle of examination, the aim is above all to highlight guidelines and considerations, rather than to draw complete conclusions. In this sense, we divided the text into three parts. In the first, I focus my reflection on the relationship between the vocabulary terms used and the fact that they indicate two types of measures of strength or magnitude, which I demonstrate with passages from *Discursos* and *O Príncipe*. In the second part, I consider the historical and social formation of Rome and Florence, highlighted in Machiavellian work, to indicate how problematic the application of the concepts of great and many becomes, especially in the *History of Florence*, given that it is explained there how the application of these terms, by analogy, allows the emergence of exception and difference. In the last part, without answering the questions, I make new considerations and raise other questions regarding the problem posed.

Keywords: Policy. Big ones. People. Many. Machiavelli.

¹ Professora da Universidade Federal de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6656135831513292>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4234-0205>. Email: patricia.aranovich@unifesp.br.

1 Introdução

Identificamos claramente na teoria e no vocabulário de Maquiavel os grandes e os muitos (ou seja, a multidão ou o povo) como os atores determinantes da política, aqueles de cujo confronto surge a forma da cidade. Grandes e povo são definidos como humores e desejos: um, é quem possui o desejo de comandar; o outro, de não ser comandado (nesse caso, caracteriza-se pelo desejo de liberdade e segurança). Entretanto, o que se pretende discutir neste texto não é o desejo, mas o que torna esse desejo operante, isto é, a força que dá ao desejo aquilo que é necessário para que se contraponha ao desejo contrário.

O objetivo deste artigo não é extrair conclusões acerca da identificação destes termos, tal como aparecem na obra de Maquiavel, mas situar o tema e tecer considerações relevantes sobre ele, a começar pelos próprios termos *grandes e muitos*. A escolha deles, dentre todos os que poderiam ser escolhidos no vocabulário de Maquiavel ou mesmo no vocabulário renascentista, se deve ao fato de indicarem, de modo mais evidente que os demais, medidas de força: medidas diferentes, mas equivalentes.

2 Medidas de força dos humores

Os grandes não se contrapõem àqueles definidos como pequenos. Frente aos pequenos, seria simplesmente uma questão de anulação. Os grandes contrapõem-se aos muitos, os quais é preciso combater. O conflito dos humores, isto é, dos desejos opostos, só se estabelece na medida que está impossibilitada a anulação, pois o outro detém uma força à qual é necessário se contrapor e resistir.

É por essa razão que Esparta e Veneza escapam à necessidade do conflito – justamente por evitarem, no corpo político, a incorporação da força dos muitos, como Maquiavel discute no sexto capítulo do primeiro livro dos *Discursos*². No caso veneziano, evitou-se essa força politicamente, pois quando consideraram suficiente seu número para formar uma cidade vedaram “a todos os que ali passassem a morar o acesso à participação em seu governo” e militarmente, ao “não empregar a plebe na guerra”. No caso espartano, evitou-se a desunião ao impedir a própria formação dos muitos

² Doravante indicado nas referências como D; *O Príncipe* como P; *História de Florença* como HF.

enquanto tais. Maquiavel afirma: “duas coisas principais causaram essa união: uma foi serem poucos os habitantes de Esparta, e assim poderem ser governados por poucos; outra foi que, não aceitando forasteiros em sua república, não tiveram eles ocasião para corromper-se nem para crescer tanto que ela se tornasse insuportável aos poucos que a governavam” (D, I, 6).

Essas cidades, porque escapam à necessidade do conflito, carecem daquilo que é indispensável para que possam se defender ou se impor na guerra e, sobretudo, na manutenção das conquistas, nas quais importa menos a medida de força representada pelos grandes e é imprescindível aquela do número. É como Maquiavel irá concluir nesse mesmo capítulo:

Considerando, portanto, tudo isso, vê-se que os legisladores de Roma precisariam ter feito uma destas duas coisas, se quisessem que Roma permanecesse tranquila como as repúblicas acima citadas: ou não empregar a plebe na guerra, como os venezianos, ou não abrir caminho para os forasteiros, como os espartanos. Mas fizeram ambas as coisas, o que deu à plebe força, número e infinitas ocasiões para criar tumultos. Mas, se o estado romano se tornasse mais tranquilo, decorreria o inconveniente de tornar-se também mais fraco, porque assim lhe era barrado o caminho para chegar à grandeza a que chegou: de tal modo que, se Roma quisesse eliminar as razões dos tumultos, eliminaria também as razões de ampliar-se (D, I, 6).

Assim, se é a força dos muitos que prepondera, será também essa a medida de força do corpo político como um todo e a potencialidade do corpo político que é dada em sua composição inicial, que determina suas possibilidades futuras. No início do primeiro capítulo dos *Discorsi*, Maquiavel assinala:

Quem ler a história do princípio da cidade de Roma e da forma como tudo foi ordenado e por quais legisladores, não se admirará de que tanta virtù se tenha mantido por vários séculos naquela cidade; e de que depois tenha surgido o império que aquela república atingiu (D, I, 1).

E conclui à frente:

Portanto, como só a força (*potenzia*/poder) dá segurança aos homens, é necessário fugir a essa esterilidade da terra e pôr-se em lugares fertilíssimos, onde, podendo a população ampliar-se graças à uberdade do solo, os homens consigam defender-se de quem os ataque e oprimir quem quer que se oponha à sua grandeza”. (D, I, 1).

Desse modo, a força do povo é primordialmente o próprio número, que se efetiva, no caso romano, na formação do exército. O povo numeroso é, em termos políticos, uma força interna e, potencialmente (caso armado), uma força externa. E, porque são multidão (*moltitudine*), termo derivado de *multus* (*molti*, muitos) e utilizado com muita frequência por Maquiavel, eles também

são uma constante do corpo político, ao contrário dos grandes. Como Maquiavel afirma no capítulo 9 do *Príncipe*:

Jamais pode um príncipe se assegurar contra a inimizade do povo, porque são muitos (*troppi*, demasiados); no entanto, pode assegurar-se contra os grandes, porque são poucos ... Ademais, o príncipe tem sempre necessidade de viver com o mesmo povo, mas lhe é perfeitamente possível prescindir dos mesmos grandes, pois pode a cada dia fazê-los e desfazê-los, dar-lhes e tirar-lhes a reputação a seu bel-prazer” (P, 9).

Portanto, os grandes, por outro lado, têm justamente no número sua fraqueza: eles são poucos; por isso, do mesmo modo que não se pode contrapor os grandes aos pequenos, não é razoável que os muitos se contraponham aos poucos, pois, mais uma vez, seria questão de anulação. Retomando a passagem anterior, acerca de Esparta, Maquiavel considera que lá a ausência de conflito deveu-se a “serem poucos os habitantes de Esparta, e assim poderem ser governados por poucos”.

A força dos grandes, no entanto, não pode ser tão imediatamente apreendida. Cabe então, primeiramente, perguntar quem são os grandes e qual o fundamento de sua autoridade e de sua força ou, em outros termos, de sua grandeza, daquilo que lhes permite confrontar-se ao número e, até mesmo, a uma multidão que porta armas. Por outro lado, nos perguntamos quem são os grandes que podem ser feitos e desfeitos segundo o que apraz ao príncipe.

Seguindo o percurso de Maquiavel, em sua elaboração para compreender o político como uma relação entre povo e grandes, devemos ir a Roma, história a partir da qual se constitui sua teoria.

Pode-se considerar que, em Roma, os grandes são aqueles que possuem uma *virtù* ou uma força que é definida por Maquiavel, na *História de Florença*, como virtude em armas e generosidade de ânimo. Assim, existe uma virtude na nobreza, mas esta virtude está vinculada ao exercício das armas e do governo. Os nobres adquiriram o que lhes dá esta virtude ao longo das gerações no comando da cidade, isto os tornaria mais aptos a governar em virtude deste extenso aprendizado. Entretanto, Maquiavel também afirma que essa *virtù* dos nobres pode “impregnar” o povo pela participação na administração das magistraturas dos exércitos e dos impérios. Assim, essa *virtù* não é inerente aos grandes, pois é o tempo de formação que lhes dá essa *virtù*, que o povo poderá igualmente possuir.

Também podemos apontar a gênese dessa grandeza e da autoridade dela decorrente na antiguidade, ou seja, mais uma vez em uma forma do tempo. Entretanto, não se pode pretender que a antiguidade seja uma característica essencial dos grandes, pois, chegar antes, por si só, é um acidente. Os grandes podem ser pensados como sendo governantes naturais do mesmo modo que

um príncipe hereditário pode ser chamado de príncipe natural pela “antiguidade” e “continuidade do domínio”, estando sua autoridade fundada nas ordenações dos antepassados. Do mesmo modo que o príncipe hereditário, os grandes podem ser aqueles que chegaram antes e cujas ordenações sustentam sua autoridade, como se pode ler na narrativa da formação de Esparta e Veneza.

Outro modo de determinar a gênese da grandeza, isto é, a origem dos grandes, é situá-la no desejo. Essa forma de definir quem são os grandes e o povo os retira do tempo e do espaço, internalizando e fundando suas posições no desejo. Dessa perspectiva, podemos pensar nos grandes como detentores de um caráter ambicioso e de um desejo agressivo e ofensivo: comandar.

Assim, os grandes seriam aqueles detentores de formação, antiguidade e, sobretudo, desejo distintivos. Como nos perguntamos sobre a força que dá ao desejo sua capacidade de se contrapor ao desejo contrário, podemos pensar na antiguidade, na formação nas armas e na administração das cidades como a raiz dessa força. Isso permitiria que os grandes, em tendo o desejo, mantêm seu estado, isto é, sua posição, e continuem a ser os grandes de fato, e não apenas no desejo.

Entretanto, esse esquema, que pode ser exposto dessa maneira mais linear no comentário feito por Maquiavel à narrativa de Tito Lívio, adquire novas dimensões em sua própria narrativa da *História de Florença*. Isso se deve ao fato que nem a formação nem a antiguidade garantiram aos nobres sustentar sua posição ao longo das constantes mudanças e divisões que ocorreram em Florença.

Em um brevíssimo esboço da estrutura dos livros 2 ao 4 da *História de Florença*, temos as seguintes transformações das ordenações da cidade: o segundo livro, da origem de Florença até 1353, é basicamente composto pelos assuntos internos, pela narrativa das divisões da cidade. De início, estas divisões ocorrem no interior da nobreza (entre os partidos guelfos e gibelinos e os *neri* e *bianchi*), depois entre o povo e os nobres, até o momento em que o povo vence os nobres e cria seu estado. O terceiro livro (1353 a 1414) continua a tratar das divisões internas, a princípio entre os guelfos e o partido anti-guelfo, e depois entre o povo e a plebe, até o momento em que a plebe é vencida e o estado retorna ao partido guelfo. No quarto livro (1414 a 1434), a disputa volta a dividir os guelfos e seus adversários, que nesta época já são dirigidos por Cosimo de' Medici, que conta com o apoio da plebe.

Há um esforço constante por parte de Maquiavel para aproximar as histórias de Roma e de Florença, pois Maquiavel vê Florença com as lentes de Tito Lívio (que, por sua vez, vê a formação de Roma pelas lentes de um contemporâneo e súdito de Augusto), mas, em contrapartida, pode-se considerar que ele lê Roma com os olhos de um florentino. Entretanto, Florença, depois de enveredar

por um percurso de uma república mais virtuosa, em seguida como que deriva, afastando-se desse caminho em razão da natureza de suas divisões, que partem do interior de um grupo, a nobreza, cuja divisão causa seu enfraquecimento até que o povo seja capaz de se lhe contrapor. Maquiavel reconhece, neste momento, a história de Roma em Florença e, com isto, a possibilidade de a cidade tornar-se uma verdadeira república, mas a derrota dos nobres, ao fim do segundo livro, destrói esta ocasião de obter o equilíbrio.

E assim inicia-se o terceiro livro, com a constatação da queda:

Por isso, com as vitórias do povo, a cidade de Roma se tornava mais virtuosa, porque o povo, podendo ocupar a administração das magistraturas, dos exércitos e dos impérios com os nobres, enchia-se da mesma virtù que havia nesses, e a cidade, ganhando virtù, ganhava força (*potenza*); mas em Florença, quando o povo vencia, os nobres ficavam privados das magistraturas e, para reconquistá-las, precisavam não só ser mas também parecer semelhantes ao povo no comportamento (*governi*), no modo de pensar e de viver (HF, III, 1)³.

Uma vez que o estado lhes foi subtraído pelo povo, isso acarretou à república a perda da *virtù* que os definia. Assim, é o povo ou uma parte do povo que, ainda que destituído desta generosidade de ânimo, assumirá o lugar dos grandes. Desse modo, tendo os nobres ou grandes originários perdido seu estado, tomam seu lugar os novos grandes, dotados do mesmo desejo, mas sem a formação ou a antiguidade que poderiam sustentá-los.

Diante dessas profundas mudanças nas estruturas da cidade, não é difícil entender que, da perspectiva da exposição histórica, os conceitos de grandes e povo possam ser considerados problemáticos. Tomemos o exemplo da intervenção que Silvia Diacciati faz a propósito do livro de John Najemy, *A History of Florence. 1200-1575*, no que diz respeito ao uso dos termos elite (termo que ele utiliza para traduzir grandes) e povo. Como ela indica em seus comentários:

A história da cidade começa, portanto, com a apresentação dos dois grupos em que o autor identifica os protagonistas, ainda que em constante evolução, desses séculos, a elite e o povo: o seu confronto é central para a interpretação dos acontecimentos florentinos adotada por Najemy.

Adiante, ela observa,

Em várias ocasiões, Najemy recorda como as elites e o povo sofreram alterações progressivas na sua composição interna ao longo do tempo. No entanto, mantém os dois termos inalterados, o que por vezes dificulta a compreensão do que eles realmente ocultam num determinado momento da história urbana, uma vez que não é possível identificar classes sociais nem grupos políticos. A oposição tautológica entre elite e não-elite induz,

³ HF, III, 1.

por vezes, alguma incerteza no leitor que, apesar das coordenadas fornecidas nos primeiros capítulos do livro, corre o risco de se encontrar, a longo prazo, perante dois conceitos essencialmente abstratos e atemporais, dois recipientes vazios a preencher a cada momento, de acordo com a ocasião (Diacciati; Gualtieri; Paoli, 2010).

Poderia ser objetado que essas considerações são inteiramente exteriores e alheias ao pensamento maquiaveliano, descabidas para a discussão que ora fazemos. Entretanto, tomando as palavras de um estrito comentador de Maquiavel, Gennaro Sasso, em sua introdução aos *Discorsi*, nos deparamos com questionamentos similares.

Segundo ele, ao pensar as coisas romanas, “que se exprimiam na luta das duas ‘ordens’”, da nobreza e do povo, Maquiavel recorreu, e era óbvio, a um esquema binário, que ele também acreditava poder ver refletido em todas as situações da história humana. Nas suas análises, os “grandes”, ou patrícios, são e continuam a ser os grandes e os patrícios, os plebeus são e continuam a ser os plebeus; e desde o início da era republicana até a sua “resolução”, ambos permanecem como tal, sem clivagens, especificações, diferenciações.

Mas, embora Maquiavel não tenha assinalado a diferença e, de certa forma, tenha escrito como se ela não existisse, na sua análise das “coisas” florentinas, a própria realidade mostrava-se diferente. Os elementos fundamentais da relação (os “grandes”, por um lado; o povo, por outro) não permaneciam firmes em si mesmos, porque se articularam dividindo-se; e este processo de diferenciação, que diz respeito ao povo, mas também, em última análise, à antiga camada dos magnatas, foi tal que, interpretado com o critério binário sugerido pela história de Roma, só em parte pôde reter sua especificidade, escapando, no resto, à captura. Daí o mal-estar inerente a uma analogia que permite continuamente a insurgência da exceção e da diferença⁴.

Respondendo às objeções estritamente históricas, pode-se afirmar que, de certo modo, a terminologia do conflito se mantém inalterada e, por assim dizer dizer, vazia, mas se preenche a cada momento pelo reencenar do mesmo, mesmo se com outros atores. Para Maquiavel, um nome designa os que querem comandar, outro nome os que não querem ser comandados. Quer sejam os nobres, *magnati*, *popolo grasso*, *grandi*, todos esses nomes se referem a um mesmo desejo e, de outro lado, o desejo contrário pode receber outros tantos nomes, *popolare*, *popolo*, *popolo minuto*, *plebe*, *moltitudine*, turba, ínfima plebe. A terminologia poderia, em última análise, ser invariável, na medida que são nomes que, da perspectiva do conflito, têm uma mesma razão subjacente. Essa questão não me parece ser o verdadeiro problema, tomada unicamente dessa perspectiva.

⁴ *Discorsi*, Introduzione de Giorgio Inglese, p. 26.



Entretanto, é possível discutir se, ao mudarem os atores, o conflito se modifica ao ponto de poder se afirmar que os nomes que assumem não deveriam ser os mesmos, isto é, se aquilo que Maquiavel afirma como sendo o que há de universal e natural (o que há *em todas as cidades* ou os humores *que naturalmente costumam existir nas cidades*), diferencia-se de tal maneira que não refere mais o mesmo conflito, na medida em que não está em questão apenas o desejo, mas as forças que os sustentam e que se modificaram a tal ponto que seria preciso rever os termos do conflito. Assim, importa definir a origem das forças de cada grupo, pois, se os termos se mostram abstratos, e isso em si mesmo não é um problema teórico, as forças e a equação das forças precisam ser consideradas em sua materialidade.

Para explicitar a distância entre os grandes romanos e os florentinos, precisamos ir à origem de sua força. Em Florença, de certo modo, a principal força dos grandes é a riqueza, ainda que se resguarde algo de uma força armada (ricos e poderosos), e a qualidade dos grandes importa, pois, caso contrário, não haveria diferença entre Florença e Roma. Tal diferença se lê no texto de Giovanni Villani, fonte de Maquiavel em sua escrita e reflexão sobre a história florentina, em especial no modo como ele se refere à nobreza e ao povo:

L'anno seguente MCCLXXXIII quegli che reggeano il popolo di Firenze per fortificare loro stato di popolo e affiebolire il podere de' grandi e de' possenti, i quali molte volte crescono e vivono delle guerre, ricchi da' Pisani di pace, i quali per le guerre erano molto affieboliti e abbassati, il popolo di Firenze non guardando a' ciò, alla detta pace assentirono, mandandone i Pisani il conte Guido da Montefeltro loro capitano, e disfaccendo il castello del Ponte ad Era, e avendo i Fiorentini libera franchigia in Pisa senza pagare niente di loro mercatantie (IX, 2).

Com essas rápidas indicações, Villani traça o quadro das relações de poder e dos interesses da nobreza guerreira e do povo mercante. O povo não olhou para a vulnerabilidade de Pisa como para uma oportunidade de vencer a guerra (coisa que o mercador Villani faz, ao explicitá-la em sua narrativa), mas considerou apenas a possibilidade de fortalecer seu estado ao enfraquecer o poder dos *grandi* e dos *possenti*. Mas está também claro que essa decisão segue os interesses do *popolo*, cuja preocupação é a *mercanzia*, pois tem a isenção de impostos assegurada. Para os que não precisam da guerra para enriquecer ou viver, mas sim do comércio, essa opção mostra-se mais vantajosa⁵.

⁵ Ainda que nosso interesse aqui não seja a verificação da exatidão das narrativas estudadas, é possível observar a ausência de uma estrita separação entre uma nobreza guerreira e um povo comerciante: “Oltre ad essere in buona parte nuovo, il gruppo dirigente consolare era quasi tutto di origine urbana. Nella prima metà del secolo XII città e campagna erano divenuti mondi separati: gli aristocratici che risiedevano in città avevano beni entro le mura o poco lontano. Anche



Fica bastante claro a que povo Villani se refere, é ao povo mercante. Aos nobres, Villani se refere como *grandi e possenti*, entendendo-se daí homens grandes e poderosos, e não dois tipos de pessoas, o que pode ser compreendido ao ver a frequência com a qual ele utiliza esses dois adjetivos simultaneamente, normalmente para designar pessoas e famílias. Entretanto, *grandi* pode também denominar os nobres, como substantivo, o que será relevante para a compreensão da situação florentina que está sendo definida nesse momento⁶.

3 À guisa de conclusão

Para concluir provisoriamente esse percurso com apenas com uma última consideração, podemos refletir sobre como a ausência de instituições militares em Florença, ao rebaixar a força dos nobres, também, da perspectiva maquiaveliana, enfraquece o sentido guerreiro da força dos muitos. Há, de fato, na *História de Florença*, assim como na *História de Roma*, a narrativa da forma militar construída em relação ao modo interno de lidar com o conflito. Contudo, trata-se de uma

quei gruppi familiari (Caponsacchi, Uberti) che avevano avuto nel secolo precedente un rapporto più organico col contado ripiegarono verso Firenze. (...)La frattura tra la città e il territorio rurale che si determinò in questa fase diede origine a due distinti gruppi dominanti: quello cittadino e quello signorile. Il potere dei due gruppi aveva sedi diverse (la città per i primi, i moltissimi castelli del territorio per i secondi) e una diversa base economica (terre prossime alla città, sfruttamento del vasto mercato urbano e, forse, commercio di produzioni artigianali, nel caso dei cittadini; detenzione di fette più o meno grandi di aree rurali gravate da diritti signorili nel caso degli altri). La composizione di questa frattura, che comportò la riconquista *manu militari* del contado, fu un processo molto lungo, protrattosi per tutto il periodo comunale. Comunque, ai primi del Duecento, l'avvicinamento tra i due gruppi era già cominciato. Fino alla fine del secolo XII il gruppo consolare era rimasto un insieme aperto alle novità, privo al suo interno di un convincente criterio di demarcazione sociale e caratterizzato quasi esclusivamente dalla gestione collettiva del potere in città. Era inoltre poco legato al contado, poco feudalizzato e quasi per nulla interessato alle esperienze signorili: perfettamente corrispondente, quindi, al paradigma utilizzato da Giovanni Tabacco per descrivere i gruppi dirigenti cittadini a sud del Po. Poi, ai primi del Duecento, l'espansione dei patrimoni cittadini fino ai più remoti confini del contado, l'ingresso massiccio in quei patrimoni della signoria territoriale, la rete di interessi fondata sul credito che sempre più collegava i ricchi cittadini ai *domini loci*, e, infine, la stessa cooptazione di alcuni *domini* nei ranghi del gruppo consolare determinarono una mutazione del gruppo stesso. Si passò ad una compagine chiusa verso il basso - aperta però all'afflusso dei signori comitatini - gelosa dei propri privilegi, autorevole, certo, ma non più unica titolare dell'iniziativa politica comunale. La «nobiltà cittadina», come ormai possiamo chiamare il vecchio gruppo dirigente, al crepuscolo dell'età consolare offriva i suoi nomi più famosi al consolato dei cavalieri; intanto però si affacciavano sulla scena comunale istituzioni nuove, legate alle arti, e affollate di nomi ignoti".(Faini, Enrico, *Il gruppo dirigente fiorentino dell'età consolare*, in «Archivio storico italiano», CLXII (2004), pp. 199-231.

⁶ « Les magnats, a-t-on dit, subissaient depuis l'époque des Ordonnances de justice (1293) de sérieuses discriminations en tant que citoyens. Ils les devaient à la suspicion où l'on tenait leur capacité à se conformer aux règles gouvernant la commune marchande. Leur indiscipline sociale, les violences et les guerres privées qu'on leur reprochait furent cause de la distinction que le gouvernement des Arts opéra au sein de l'aristocratie florentine, c'est-à-dire des «Grands», en désignant un groupe de familles, désormais juridiquement et politiquement qualifiées de «magnats», comme ne méritant pas de participer à l'instar de leurs pairs aux responsabilités politiques. Exclut du popolo au nom et pour la protection duquel les institutions communales agissaient, ces citoyens « actifs sous réserves » virent donc sérieusement limiter leur accès aux offices. Depuis la fin du XIIIe siècle, les magnats n'entrèrent plus au gouvernement proprement dit, c'est-à-dire dans les trois collèges qui constituaient l'exécutif » Klapisch-Zuber, Christiane, « Les acteurs politiques de la Florence communale (1350-1430) », in *Florence et la Toscane XIVe-XIXe siècles. Les dynamiques d'un État italien*, Jean Boutier, Sandro Landi, Olivier Rouchon (dirs.), Rennes 2004, pp. 217-239.

narrativa negativa: o conflito não é constitutivo e constituinte, mas impossibilitador e destruidor da liberdade.

Enquanto em Roma a guerra constrói as relações de autoridade na cidade, em Florença as relações de autoridade destroem as possibilidades bélicas.⁷ A herança deixada pelos nobres destituídos aos novos grandes, os populares, é uma cidade enfraquecida, e a qualidade do novo conflito que se estabelece é inferior ao anterior, daí o fato de não poder mais ter efeitos positivos.

Para restaurar a materialidade do conflito seria preciso repensar as forças em outros termos, ainda que não se possa ultrapassar a necessidade real de um fundamento militar. Mesmo porque, ainda que tenhamos um aspecto econômico a ser considerado, o contexto europeu exige, de fato, uma capacidade militar para sustentar o desenvolvimento econômico.

Referências bibliográficas

DIACCIATI, Silvia; GUALITIERI, Piero; PAOLI, Maria Pia. **A proposito di: A History of Florence. 1200-1575 di John Najemy.** Interventi di Silvia Diacciati, Piero Gualtieri, Maria Pia Paoli. In: *Annali di Storia di Firenze*, V (2010). Disponível em: <http://www.dssg.unifi.it/SDF/annali/annali2010.htm>. Consultado em maio de 2024.

FAINI, Enrico, *Il gruppo dirigente fiorentino dell'età consolare*, in «Archivio storico italiano», CLXII (2004), pp. 199-231.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane, « Les acteurs politiques de la Florence communale (1350-1430) », in : **Florence et la Toscane XIVE-XIXe siècles. Les dynamiques d'un État italien**, Jean Boutier, Sandro Landi, Olivier Rouchon (dirs.), Rennes 2004, pp. 217-239.

MACHIAVELLI. **Discorsi sopra la Prima Deca di Tito Livio.** Introduzione di Gennaro Sasso. Premessa al testo e note di Giorgio Inglese. Nona edizione. Milano: BUR, 2013.

MAQUIAVEL. **Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio.** Tradução de MF. Revisão técnica de Patrícia Fontoura Aranovich. Edição de texto de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

⁷ Depois do percurso dos 4 livros, para introduzir o quinto, Maquiavel lamenta a decadência das armas e, conseqüentemente, da grandeza florentina e italiana: “E se, ao descrevermos as coisas ocorridas nesse mundo degenerado, não falarmos da forteza dos soldados, da *virtù* dos comandantes, ou do amor dos cidadãos à pátria, veremos com que fraudes, astúcias e artes se comportaram os príncipes, os soldados e os governantes das repúblicas, para manterem a reputação que não mereciam. O que talvez não seja menos útil conhecer do que as coisas antigas, porque, se aquelas incitam os ânimos liberais a segui-las, estas as incitam a evitá-las e eliminá-las. Portanto, se da *virtù* desses novos principados não surgiram tempos que fossem tranquilos pela longa paz, também não surgiram tempos que a aspeza da guerra tornasse perigosos; porque não se pode afirmar que existe paz onde os principados vivem em constantes ataques mútuos, ao passo que não se pode dizer que há guerra quando os homens não se matam, quando as cidades não são saqueadas e os principados não são destruídos: pois tais guerras foram tão fracas que começavam sem medo, eram travadas sem perigo e terminavam sem danos. (HF, 5, 1).



MAQUIAVEL. **História de Florença**. Trad. MF. Revisão técnica: Patrícia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. Revisão da tradução de Zelia de Almeida Cardoso. Revisão técnica e glossário de Patrícia Fontoura Aranovich. 4ª ed. São Paulo: Ed. WMF, 2010.

SASSO, Gennaro. “Introduzione”. In: MACHIAVELLI, **Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio**. Italia: BUR, 2013.

VILLANI, Giovanni. **Cronica**. Italia: Letteratura Italiana Einaudi, 1991.

